

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.127 - SP (2019/0301651-7)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : JOSE RICARDO SOLER DOS SANTOS
ADVOGADO : JOSÉ RICARDO SOLER DOS SANTOS - SP394629
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LEANDRO HENRIQUE RODRIGUES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **LEANDRO HENRIQUE RODRIGUES**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das Execuções indeferiu o pleito do paciente de concessão de livramento condicional.

Irresignada, a Defesa ajuizou o prévio **writ** perante o eg. Tribunal de origem, que concedeu parcialmente a ordem, conforme v. acórdão de fls. 34-38 assim ementado:

"HABEAS CORPUS - LIVRAMENTO CONDICIONAL - INDEFERIMENTO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO - LAPSO OBJETIVO CUMPRIDO - AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO - FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA - DÚVIDA SOBRE A CONDIÇÃO PESSOAL DO SENTENCIADO PARA A BENESSE - EXAME CRIMINOLÓGICO - NECESSIDADE.

ORDEN PARCIALMENTE CONCEDIDA."

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados (fls. 41-44).

No presente **habeas corpus**, afirma que, *"não existe qualquer previsão no ordenamento jurídico que condicione a análise do pedido de livramento condicional com a saída temporária. Ademais, o crime praticado pelo Paciente foi cometido sem violência ou grave ameaça"* (fl. 5).

Alega que, *"para a concessão de livramento condicional, é*

Superior Tribunal de Justiça

necessária a análise das condições do caso concreto. Acontece que, embora preenchido e reconhecido os requisitos legais para a concessão do livramento condicional o magistrado criou um novo requisito indeferindo o pleito. E mais absurdamente, o TJSP inovou em uma clara reformatio in pejus ao solicitar de ofício a avaliação criminológica" (fl. 7).

Aduz que "o Tribunal de Justiça requer a realização do exame sem qualquer fundamento, sequer mencionar sequer circunstâncias relacionadas ao próprio crime pelo qual o Paciente foi condenado" (fl. 9).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, "para cassar o venerável acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça de São Paulo" (fl. 11).

É relatório.

Decido.

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator

